



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia dez de dezembro de dois mil e dezenove, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Fausto Niquini Ferreira – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência dos vereadores José Carlos de Oliveira e José Guedes. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Senhor Presidente: “nesse momento, eu gostaria de convidar todos os membros da Loja Maçônica Portal do Paraíso para que se postassem em pé à frente da mesa. Posteriormente, convidar o Venerável Mestre da Loja para fazer uso da palavra. Com a palavra, Venerável”. Venerável Mestre da Loja Maçônica Portal do Paraíso: “boa noite a todos, boa noite, Presidente Fausto Niquini, boa noite a todos os vereadores, população de Nova Lima. Em nome da Loja Maçônica Portal do Paraíso, nós viemos aqui, hoje, para fazer um agradecimento à população de Nova Lima, aqui representada pelos senhores vereadores, pela aprovação do projeto de lei, hoje lei 1893, que em definitivo fez a doação do imóvel onde já funciona a Loja Portal do Paraíso há cerca de 20 anos, no Campo do Pires. Nada mais justo do que nós estarmos aqui, hoje, para fazermos este agradecimento pessoal a cada um de vocês, à população de Nova Lima, tendo em vista que a Loja Maçônica Portal do Paraíso faz



parte da sociedade, com várias ações dentro do município, participamos do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, agora, da Comissão de Educação, representada pelo nosso irmão Guilherme, também temos nossas atividades filantrópicas, como a Sara Couto e outras mais. É nossa obrigação estarmos inseridos dentro da sociedade. Como todos sabem, a maçonaria é uma entidade apartidária, que visa tão somente a prática da defesa da pátria e da humanidade, então é nossa obrigação fazermos isso. Estamos aqui muito satisfeitos, Presidente, pela aprovação desse projeto, era algo muito importante. Então, queríamos deixar registrado aqui o Coxinha, o Álvaro, o Wesley, o Tito que nos ajudou demais na aprovação desse projeto. Fica aqui a nossa gratidão. E dizer que a Loja Portal do Paraíso estará sempre disponível e atenta a tudo de interesse da sociedade de Nova Lima, podem contar conosco para o que for necessário. Muito obrigado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem. Eu gostaria, na presença dos meus irmãos, da Loja Portal do Paraíso, dar um testemunho da importância da maçonaria, não só no oriente de Nova Lima, mas também em solo nacional. Todos os senhores sabem que eu sou entusiasta da Ordem DeMolay, isso não é segredo para ninguém, os senhores enquanto membros da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, eu gostaria que encaminhassem um tríplice e fraternal abraço ao Soberano Grão-Mestre porque, no último domingo, anteontem, em Brasília, a Grande Loja Maçônica que lá tem como Grão-Mestre o irmão Cassiano Teixeira, que é de Minas Gerais, hoje Grão Mestre da Grande Loja, do Distrito Federal, ele é um DeMolay, ex-mestre conselheiro nacional, ex-mestre conselheiro estadual, daqui de



Minas, e hoje é o Secretário Geral da CMSB, ou seja, é o líder maior da Grande Loja. Ele, ladeado pelos irmãos Bonifácio Mourão, Grão-Mestre Geral do GOB, e também pelo Presidente da COMAB, eles reunificaram a Ordem DeMolay no país. Existiam duas instituições, dois supremos conselhos, como é do conhecimento dos irmãos, e nesse domingo, foi dada uma prova de que a maçonaria é uma só, está se fortalecendo cada vez mais. Fui adotado como Lowton no dia 27 de fevereiro de 1999, portanto, há pouco mais de 20 anos, com muito orgulho, faço parte da família maçônica, há 13 enquanto maçom, eu nunca vi a maçonaria tão unida como ela está e a Grande Loja dando exemplo para toda maçonaria do país. Eu quero aqui deixar esse agradecimento, os irmãos que são membros da Grande Loja, para que realmente tenham esse exemplo que a Grande Loja fez bonito neste último final de semana. Então, contem comigo enquanto irmão, estarei sempre de pé e à ordem para atender aos anseios da maçonaria que são os anseios da sociedade. Vocês terão comigo um aliado nos interesses da nossa população, dos bons interesses e dos bons costumes. Saúde, força e união”. Senhor Presidente: “obrigado, uma boa noite”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu queria ressaltar a importância do trabalho da maçonaria, apresentar os meus votos de agradecimento pelo trabalho social que vocês fazem em Nova Lima. E, acima de tudo, falar que a votação deste projeto, no meu caso, significou o reconhecimento de um trabalho que vem sendo feito há anos. Vocês estão de parabéns, toda a equipe está de parabéns. Eu estendo os cumprimentos a todos que estavam aqui e aos que também não puderam estar, como o João Carvalho, que é um grande amigo e



que também faz parte desse brilhante trabalho”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia três de dezembro de dois mil e dezenove foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por cinco votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício 415/2019. Nova Lima, 29 de novembro 2019. Do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região. À Câmara Municipal de Nova Lima. Excelentíssimo Presidente, Senhor Fausto Niquini Ferreira. Assunto: atendimento com pedidos emitidos pelos médicos do Sindicato dos Mineiros. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Boa noite ao público que nos assiste nas nossas galerias, ao público que nos assiste pela TV Banqueta, aos colegas vereadores. Eu queria te pedir autorização, Senhor Presidente, ficou aquele limbo se haveria ou não a sessão e como, muito provavelmente, semana que vem deve ser a última sessão, que o senhor entrasse fora de pauta com o Projeto de Lei 1.900. Tem assinatura da maioria dos vereadores, aqueles que eu consegui conversar, que foi muito corrido. Eu aproveito para convidar os demais que não assinaram também, que assinem, eu explico a proposição no momento da discussão. É só que o senhor autorizasse entrar em pauta, por gentileza”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Tiago Tito, para inclusão na pauta deste Projeto 1.900. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, cinco votos”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de



Lei nº 1.896/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Dispõe sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas por meio do site oficial do Poder Legislativo do município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.897/2019, autoria do Poder Executivo, que “Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 1.728, de 07 de novembro de 2002, além de dar outras providências” – Conselho Municipal do Turismo”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu sei que não está na pauta, mas o senhor me permite cumprimentar o nosso ex-presidente da Casa, vereador Nélio Aurélio. Dizer que é um prazer, Nélio, ter o senhor com a gente. Acho que o Adriano também está ali”. Senhor Presidente: “o Adriano está ali, ex-secretário de educação”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Adriano, você me desculpa, o tempo passou e o meu óculos não está funcionando bem. Quero cumprimentar também minha irmã e meu cunhado que estão ali, a Silvana e o Robertinho. Muito bem. Obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “então, hoje é dia de Silvânio falar muito”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eu vou ficar caladinho”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Só para estender os cumprimentos ao Nélio, tendo um presidente do Villa que tanto fez e ainda deixou patrimônio dele no Villa Nova, o último presidente campeão. E o Adriano, ex-colega de trabalho, ex-secretário de educação. Registrar e agradecer pelas presenças, através deles, cumprimentar as demais pessoas que aqui estão. Luís Dutra que está aqui, do Portal Nova Lima, Andersom



DVD, Vivi. Se for, eu vou cumprimentar todo mundo aqui”. 3) Projeto de Lei nº 1.898/2019, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.205, de 06 de junho de 2011, e dispõe sobre organização da política de assistência social em Nova Lima”. Senhor Presidente: “encaminho o Projeto de Lei nº 1.898/2019 à Comissão de Legislação e Justiça. Vereador Tiago Almeida Tito: “pela ordem, Senhor Presidente. Não, Senhor Presidente, antes de o senhor encaminhar. Estes dois projetos, tanto da política municipal de assistência social e até o dos conselheiros, acho que o conselho da criança e do adolescente procurou o senhor. Todos eles, principalmente o do SUAS, impede o município de receber recursos de transferências, por exemplo, bolsa-família e etc. É claro que eu não vou fazer um pedido aqui daquilo que a gente de forma nenhuma deixou de combinar, mas isso me preocupa, isso é uma atenção até para o Executivo Municipal porque manda, não sei se foi protocolado, na verdade, dá para eu saber, é, foi protocolado dia 09/12, isso vai travar a área de assistência do município. É claro que uma discussão do projeto tem que ser ampla, ele está mudando a política municipal de assistência social, mas eu queria que você consultasse o Plenário para a gente fazer parecer conjunto desse e do posterior, é só para a gente não travar isso em comissões, não vai ser desculpa em relação às comissões”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Vereador Tiago, eu não fui procurado por ninguém explicando que existia algum prejuízo de uma análise mais aprofundada disso. Eu iria sugerir fazer uma audiência pública para discutir o assunto. Vou te falar certo, isso é um assunto muito delicado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “exatamente”. Vereador



Wesley de Jesus Silva: “tem várias pessoas envolvidas nisso, várias instituições. Essa Casa não pode simplesmente, porque passou no conselho, não discutir isso com a comunidade”. Vereador Tiago Almeida Tito: “nisso eu concordo com o senhor plenamente, desculpa interrompê-lo. Eu só estou falando porque são três comissões e, por uma questão burocrática, como eu já sabia que o Silvânio ia pedir audiência pública também, eu só estou solicitando que já faça, tenha o parecer conjunto porque, exaurida a discussão pública, pelo menos aqui é um regime burocrático”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “salvo engano, o procurador pode me corrigir se eu estiver errado, a audiência pública suspende a tramitação nas comissões”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “sim”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “suspende”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, regimentalmente não, não tem impedimento não. Mas, enfim, eu só estou pedindo parecer conjunto e acho que tem que ser debatido sim”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu só acho que esse é um assunto que nós temos que debater com a sociedade”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é isso aí, concordo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero até pedir ao Tiago, vereador Tiago, eu gostaria de solicitar do senhor, vê bem, a maioria dos presidentes de comissões não estão aqui hoje, então a gente já tem um primeiro problema. É lógico que eu entendo que regimentalmente se votasse não teria problema, porém, do mesmo jeito que o senhor foi procurado por pessoas, eu também fui procurado por pessoas, principalmente ligadas à questão do Vida Nova, que tem questionamentos com relação a esse processo. Então, aqui, deixa para o senhor pedir



esse parecer conjunto, deixa o projeto tramitar, se o vereador Wesley mantiver o pedido de audiência pública, deixa-o tramitar e assim que tiver o resultado da audiência pública, pede o parecer conjunto. O senhor acha mais pertinente? De todo jeito, não vai caber porque nós só temos duas reuniões mesmo. Estou vendo muita dificuldade”.

Senhor Presidente: “de acordo, Tiago?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, deixe-me só colocar, a questão não é para votar imediatamente, semana que vem não, a minha intenção não é essa. É porque como vai ter uma discussão, via audiência pública, já vai ter uma paralisação, que isso aqui já, de forma informal, a gente já combinou que, se caso, um projeto fosse para audiência pública, a gente pararia a tramitação dele, não tem nada regimental, mas acho que aquilo que é acordado tem que ser cumprido. Além disso, ainda depois da audiência pública, que vai ser provavelmente ano que vem, passar em mais outras três comissões, vai ficar mais três, quatro, cinco meses. Então, eu só estou pedindo que possa ter a suspensão em relação à audiência pública, sem problema nenhum, mas que mantenha o pedido. Agora, só para entender porque isso interfere, é claro que tem pontos aqui extremamente sensíveis, que tem que ser discutidos com o pessoal da área de assistência, o pessoal que compõe o conselho municipal de assistência social, enfim, aqueles que trabalham dia a dia, que também já me procuraram com preocupação em relação à redução de repasse ao Vida Nova, então a gente tem que discutir. Eu só quero agilizar o posterior, como vai acabar semana que vem, aí depois, fevereiro, carnaval, isso vai ser mais três meses para frente. Entendeu? É só por isso, mas a audiência pública tem o meu apoio”. Vereador Wesley



de Jesus Silva: “eu só questionei a questão da audiência pública, por exemplo, eu já tenho um posicionamento, eu não voto, a não ser que tiver um argumento muito claro, nada que venha reduzir o bolsa-família ou o Vida Nova. É o meu posicionamento”. Vereador Tiago Almeida Tito: “perfeito”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “agora, eu tenho que dar justificativa para que a outra parte também justifique. O conselho de assistência social revisou isso, propôs. Bom, se o conselho, parto do pressuposto que tem que defender o usuário, propôs, deve ter alguma lógica nisso. Por isso, que eu acho que tem que ter audiência pública”. Vereador Tiago Almeida Tito: “exatamente, concordo com você”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu voto não, mas tenho que ouvir o conselho para ver quem foi a lógica que ele tomou nisso, se ele é defensor do usuário”. Vereador Tiago Almeida Tito: “mas você entendeu o motivo do pedido do parecer conjunto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “entendi”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não tem nada a ver para tirar a discussão não”. Senhor Presidente: “então fica decidida audiência pública e depois parecer conjunto?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu só queria que você colocasse em votação os pareceres conjuntos, se for possível”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Tiago Tito, vereadores que concordam que seja feito parecer conjunto após a audiência pública”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, a audiência pública é para os dois projetos”. Senhor Presidente: “para os dois projetos, 1.898/2019 e 1.899/2019”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito”. Senhor Presidente: “vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, cinco votos”. 4) Projeto de Lei nº 1.899/2019, autoria do Poder



Executivo, que “Dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente; regulamenta o regime jurídico da função pública de conselheiro tutelar no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, pela ordem. É só para, regimentalmente, não perder a ordem. Eu pedi o parecer conjunto desse que eu já tinha pedido, mas é só para colocar em aprovação. Eu queria fazer só uma ponderação aos dois que pediram audiência pública, tanto o Silvânio, quanto o Wesley, que esse aqui foi feito pelos conselheiros. A política municipal de assistência social tem que ter um amplo debate, esse aqui foi elaborado pelos próprios conselheiros, inclusive os conselheiros me procuraram. Então, vocês talvez repensassem a questão da audiência pública para esse projeto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “quanto a esse eu não tenho problema, vereador, se vai atingir somente a...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou fazer o pedido de retirada da minha solicitação de audiência pública para o projeto dos conselheiros tutelares, só esse”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só para você não esquecer de colocar em votação o parecer conjunto. A audiência pública vai ficar para o projeto anterior”. Senhor Presidente: “vai ficar só para o 1.898”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu retiro o pedido também de audiência pública desse projeto. E do anterior eu quero assinar o pedido de audiência pública junto com o vereador Silvânio”. Senhor Presidente: “ok”. Vereador Tiago Almeida Tito: “e o 1.899, você colocar o parecer conjunto em votação, por gentileza”. Senhor Presidente: “eu já tinha solicitado o parecer conjunto dos dois, o 98 e o 99”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ah, então está



ok”. 5) Projeto de Lei nº 1.900/2019, autoria dos vereadores Tiago Almeida Tito, Wesley de Jesus Silva, Fausto Niquini Ferreira, Ederson Sebastião Pinto, Alessandro Luiz Bonifácio e Silvânio Aguiar Silva, que “Altera a redação do artigo 6º, inciso II, alíneas a, b, c e d e inclui o §5º a alínea do mesmo artigo. Todos da Lei 2.492, de 9 de fevereiro de 2015”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, esse eu preciso pedir parecer conjunto, nós só temos até semana que vem, esse é projeto nosso, quase da Casa inteira. Eu explico para o senhor, o senhor vai querer assinar junto também. Se você puder pedir parecer conjunto”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Tiago Tito para que façamos parecer conjunto desse Projeto 1.900. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, seis votos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor vai entrar agora para a segunda parte da reunião?”. Senhor Presidente: “leitura de parecer primeiro”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “exatamente. O senhor me permite uma fala?”. Senhor Presidente: “são só dois pareceres”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. O Tiago Tito pediu para incluir um projeto, ele foi lido? Não entrou na pauta não. Foi autorizado?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ele autorizou, foi o que eu pedi, o nosso projeto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “mas não entrou na pauta, não foi lido”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ele foi lido, ele leu, eu pedi parecer conjunto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ah, está bom. Agora?”. Senhor Presidente: “acabou de ler”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de



Resolução nº 158/2019, autoria dos vereadores Tiago Almeida Tito, Fausto Niquini Ferreira, Ederson Sebastião Pinto, Alessandro Luiz Bonifácio, Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar Silva e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Cria no âmbito da Câmara Municipal de Nova Lima, a Comissão Permanente em Defesa da Habitação de Interesse Social”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, gostaria de pedir que o senhor colocasse esse projeto em primeira e segunda votação ainda hoje”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Silvânio Aguiar para que façamos primeira e segunda votação desse Projeto de Resolução nº 158/2019. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.847/2019, autoria do vereador José Guedes, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos e entidades públicas e privadas municipais e dá providências”. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do Veto. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o senhor entrou na parte da leitura dos pareceres, eu fui cobrado durante essa semana inteira por moradores do Vale dos Cristais em função de um parecer do Projeto 1.859. Eu queria deixar, de público, esclarecido que esse projeto, porque eles disseram, olharam na internet e viram que esse projeto está na minha comissão. Eu queria esclarecer, já fiz isso para o público lá, mas quero esclarecer que esse projeto ficou na Comissão de Legislação e Justiça, do mês de setembro até o dia três, agora, de dezembro e só veio para a Comissão de Serviços



Públicos, que é a comissão que eu sou o presidente, na última reunião, terça-feira. Não teve consenso com relação à votação do parecer que está aqui, só tem a minha assinatura de parecer favorável. E por isso, eu não quero ficar aqui expondo vereador, eu acho que o vereador tem direito de votar como ele quer e, por isso, eu não estou nem citando nome para não dar polêmica. Porém, o projeto não foi para a pauta, eu tenho certeza que eles estão nos acompanhando, porque ele só tem a assinatura de um vereador. Tem um parecer, mas não tem votação e aí, não tem assinaturas. Eu penso ser pertinente que os outros dois vereadores façam o parecer separado, já que eu fiz um parecer que só tem uma assinatura, que eles façam um parecer separado. Oi? Não tem como eu pedir para destituir, eu acho que eu não vou ser justo com os vereadores. Eu acho que seria interessante que se fizesse o parecer contrário, a parte, ou então que até semana que vem, que eles se manifestem, não vejo problema. Só não gostaria de deixar, Senhor Presidente, esse projeto parado porque o senhor, enquanto Presidente da Casa, está sendo acusado de leniência e eu, enquanto Presidente da comissão, pela mesma forma, injustamente, porque ele caiu na comissão semana passada. É só o meu manifesto. Obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “assim que tiver a segunda assinatura vem para a pauta”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.848/2019, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Estabelece a isenção de Imposto Territorial Urbano (IPTU), aos templos religiosos de qualquer culto, ainda que as entidades sejam apenas locatárias, no município de Nova Lima e dá outras providências”. Vereador Wesley de Jesus Silva:



“pela ordem. Eu vou pedir vista do ponto 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da pauta; eu vou pedir adiamento de votação do ponto 7”. Senhor Presidente: “cedida vista para 1, 2, 3, 4 e 5?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “5, 6. E vou pedir adiamento do 7, porque já teve um pedido de vista na semana passada. Comunico a Vossa Excelência que eu vou me ausentar, está tendo um evento em Nova Lima, hoje, o município de Nova Lima está recebendo vários prefeitos da região metropolitana, acredito que o governador também vai estar presente, eu comunico que vou me ausentar para acompanhar, diante da grandeza e do porte de evento no município de Nova Lima”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Só pedir para o vereador Wesley, se o governador vir, pedir para ele pagar o nosso décimo terceiro, a coisa está ficando feia”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu não vou ser indelicado”. Vereador Flávio de Almeida: “está dividindo o pagamento”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “está dividindo, não é? Mas dizem que ele vai melhorar a situação, não preocupa não”. Vereador Flávio de Almeida: “se puder”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, posso? Só gostaria de aproveitar a TV Banqueta, eu não vou mentir, para convidar a quem se interessar, na próxima sexta-feira, às dez horas da manhã, nós conseguimos a doação de um terreno de oito mil metros quadrados para fazer as futuras instalações dos bombeiros civis de Nova Lima, em Honório Bicalho. Então, para quem se interessar, poder participar com a gente, na sexta-feira, às dez horas da manhã, na antiga Mina do Faria”. Senhor Presidente: “cedida vista nos projetos a pedido do vereador Wesley de Jesus”. Os vereadores Alessandro Luiz Bonifácio,



Ederson Sebastião Pinto e Wesley de Jesus Silva saíram do Plenário. Senhor Presidente:

“por falta de quórum legal, declaro encerrada a reunião. Boa noite. Muito obrigado a todos”. _____